

NOTÍCIAS CNTV

Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 19/01/2015 - Edição 1199

Carta da CNTV repudia instrução normativa do Secretário de Relações do Trabalho no apagar das luzes de 2014

Punir entidades sindicais, filiar ou desfiliar diretamente no MTE desconhecendo estatutos e a autonomia sindical é a nova intenção do Ministério do Trabalho



Presidente da CNTV, José Boaventura, e secretário de Relações do Trabalho, Manoel Messias

Em 31 de dezembro de 2014, as entidades sindicais foram surpreendidas com a publicação da Instrução Normativa nº 19, que estabelece “os procedimentos administrativos de verificação periódica a ser realizada por esta Secretaria de Relações do Trabalho no que tange à manutenção, pelas entidades sindicais de grau superior, do número mínimo de entes filiados, nos termos dos artigos 534 e 535 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT”.

Diante do conteúdo da Instrução Normativa, o presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) encaminhou

uma carta ao Secretário de Relações do Trabalho, Manoel Messias, manifestando sua insatisfação com os equívocos, ilegalidades e abusos do texto. Sem questionar a competência legal do MTE de normatizar e registrar as entidades sindicais, a diretoria da CNTV acredita não se tratar de uma simples e corriqueira medida.

De acordo com os termos da Instrução, deixa de ser um mero ato administrativo quando o MTE toma para si o poder de normatizar, fiscalizar, sancionar e punir, sem base legal, uma vez que esta competência é do judiciário. O que seria um ato

administrativo transforma-se em sanção motivada pela ansiedade ou sede punitiva.

A manutenção da regularidade sindical deixa de ter um ato saudável a partir do momento que o MTE desconhece os estatutos das entidades e ampara a verificação de regularidade apenas por uma eventual declaração ou informação apresentada diretamente sobre filiação e desfiliação. Em tempos democráticos, o Estado não pode atribuir para si a tarefa de receber os pedidos de filiação ou desfiliação das entidades sindicais ou dos trabalhadores com os sindicatos.

Na carta, a CNTV expressa ainda que é preciso preservar o diálogo, o respeito, a legalidade e a democracia - pilares que sustentam a luta da Classe Trabalhadora e que já nortearam a trajetória de vida do secretário Manoel Messias. Gera estranheza que um dirigente do Estado, oriundo da CUT, proponha uma norma contra os princípios fundamentais desta Central - liberdade e autonomia sindical, onde cabe somente aos trabalhadores estabelecer os meios de organização.

Fonte: CNTV

Vigilantes do Rio Grande do Norte colocam pelegos pra correr e reafirmam representatividade do Sindsegur-RN e Sindforte-RN

Em mais uma tentativa de golpe aos vigilantes do Rio Grande do Norte, a Federação dos Vigilantes do Norte e Nordeste (Fesvine) se levantou contra a categoria com a intenção de negociar seus direitos. Em resposta, foram escorraçados durante assembleia convocada pelo Sindvigilantes-RN nesta sexta-feira (16). Os trabalhadores não autorizaram que a diretoria deste sindicato, eleita de forma fraudulenta, representasse seus interesses e, mais uma vez, reafirmaram como seus legítimos representantes o Sindsegur (patrimonial) e o Sindforte (carro-forte).

Mesmo com o registro cancelado pela justiça e tendo sido fechado por conta das diversas irregularidades que ocorriam na entidade, um grupo de pessoas do Sindvigilantes-RN - com apoio da Fesvine - organizou uma "junta governativa" em março de 2013. Não satisfeitos, realizaram uma eleição fraudulenta em junho de 2013 e conseguiram registrar esta diretoria no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), mesmo com ordem judicial para fechamento do sindicato (A dúvida que fica é: Como?).

Baseados nisto, publicaram um edital na última semana convocando a categoria para uma assembleia. O objetivo era buscar na categoria



Trabalhadores escorraçam pelegos durante assembleia convocada pelo Sindvigilantes-RN nesta sexta-feira (16)

autorização para negociar em nome dos trabalhadores. A resposta, tanto do segmento de carro-forte quanto patrimoniais, foi unânime: o Sindvigilantes-RN não tem esta autorização. Cerca de 60 vigilantes compareceram na parte da manhã, outros 300 à noite, e todos reiteraram a posição de não acatar nenhuma decisão tomada por esta diretoria.

Os vigilantes também reafirmaram que são representados pelo Sindsegur e Sindforte, que assinaram a convenção coletiva do

ano passado e já estão cuidando das negociações de 2015.

Além do presidente da Fesvine, que saiu do Amazonas onde é repudiado pela categoria, também estavam presentes pelegos e capangas do Pará e Brasília. Todos precisaram ser escoltados pela Polícia Militar (PM) na saída da assembleia, tamanha revolta dos vigilantes com mais esta tentativa dos traidores de vender os direitos da categoria.

Fonte: CNTV



Vigilantes recebem salários atrasados e voltam ao trabalho na UFF



Após paralisação, vigilantes recebem os atrasados

Chegou ao fim a paralisação dos vigilantes prestadores de serviços da UFF - Universidade Federal Fluminense. Após as negociações conduzidas pelo SVNIT, sindicato da categoria, com a empresa Centauro, os trabalhadores receberam o pagamento do salário de dezembro no fim da manhã desta sexta-feira (16). Já o 13º salário que também está atrasado, será creditado na próxima quarta-feira (21), conforme acordo entre empresa, Sindicato e a direção do UFF.

Os vigilantes decidiram, no fim da manhã, voltar ao trabalho em assembleia realizada na porta do campus Gragoatá. A categoria vai aguardar o pagamento do 13º salário no dia 21. Caso a empresa não cumpra o acordo, uma nova paralisação poderá ocorrer.

As paralisações se iniciaram após a empresa alegar não ter condições para quitar os salários atrasados.

O problema afetou outras categorias terceirizadas prestadoras de serviços para a UFF. A paralisação afetou funcionários terceirizados de

limpeza, manutenção e vigilância.

“Conquistamos mais um vitória para os trabalhadores através da união. Os vigilantes enfrentam todos os meses problemas com atrasos de salários. Muitas das vezes as causas envolvem os contratantes do serviço. O Sindicato auxilia os trabalhadores e procura os culpados para resolver os impasses. E foi isso que fizemos em conjunto com os vigilantes da UFF. Os salários foram pagos e firmamos um acordo com a empresa para a quitação do 13º salário para a próxima semana. Os trabalhadores decidiram dar um voto de confiança e voltaram ao trabalho, mas não descartamos novas paralisações caso não se cumpra o acordado. Nossa mobilização é forte para garantirmos os direitos da categoria”, disse Cláudio Vigilantes, presidente do Sindicato SVNIT e secretário geral da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV).

Fonte: Svnit

Vigilantes de Barueri defendem mudanças reais da pauta reivindicatória

No final do último ano, o Sindicato dos Vigilantes de Barueri avaliou negativamente os resultados do acordo coletivo referente à Campanha Salarial 2015 negociada com o sindicato patronal Sesvesp (Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica e Cursos de Formação do Estado de São Paulo).

Segundo o Sindicato, o valor da cesta básica (R\$ 111), por exemplo, está aquém do ideal. Segundo recente cálculo feito pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o auxílio aumentou em 17 capitais do país em 2014. Em dezembro, o mesmo do Estado de São Paulo atingiu o valor mais elevado, de R\$ 354,19.

“Aprovamos, durante assembleia,

uma cesta básica de R\$ 345,42, considerando dados do Dieese e, também, o impacto da inflação que interfere anualmente nos nossos ganhos reais e acaba prejudicando os trabalhadores. Apesar de tudo, perdemos na negociação final com o patronal e, com isso, não conseguimos um valor satisfatório”, afirma o presidente do Sindicato, Amaro Pereira.

O reajuste salarial de 6,33%, de acordo com o INPC do IBGE acumulado nos últimos 12 meses, também não agradou o Sindicato. “Tendo em vista que o salário mínimo ideal deveria ser de pelo menos R\$ 2.975,55, conforme última avaliação do Dieese, esse percentual de aumento resulta em um piso de cerca de R\$ 1.218,15

para a categoria, que não supre as necessidades mínimas diárias de um trabalhador, como moradia e saúde”, ressalta Amaro.

O presidente ainda ressalta a importância da participação dos vigilantes nas assembleias e atos em geral neste ano para a conquista dos interesses da categoria. “Precisamos nos unir fortemente na luta por ganhos justos para os profissionais de vigilância privada, através da contribuição de todos nas análises de propostas e planejamento de ações eficientes para uma Campanha Salarial vitoriosa”, conclui.

Fonte: Sindicato dos Vigilantes de Barueri

Centrais sindicais discutem reivindicações com o governo na segunda

Nesta segunda-feira (19), a CUT e as demais centrais sindicais brasileiras se reúnem com os ministros do Trabalho, Manoel Dias, da Previdência Social, Carlos Gabas, do Planejamento, Nelson Barbosa e da Secretaria Geral da Presidência da República, Miguel Rossetto, para discutir as duas Medidas Provisórias editadas no final de 2014, que afetam o seguro-desemprego, o abono salarial (PIS-Pasep) e benefícios concedidos pelo INSS. O encontro acontecerá às 17 horas, em São Paulo, no escritório da Presidência da República.

Dirigentes das seis centrais se reuniram na terça-feira (13) e decidiram também começar o ano com duas grandes manifestações, nos dias 28 de janeiro e 26 de fevereiro, em defesa dos direitos dos trabalhadores. As lideranças emitiram nota oficial conjunta reivindicando a revogação das duas Medidas Provisórias e apoio aos trabalhadores no ABC e na Petrobras.

Confira a nota das centrais sindicais:

Reunidas na sede nacional da CUT em São Paulo, as centrais sindicais brasileiras - CUT, Força Sindical, UGT, CTB, Nova Central e CSB - vêm à público manifestar sua posição contrária às duas Medidas Provisórias do Governo Federal (MP 664 e MP 665) editadas na virada do ano, sem qualquer consulta ou discussão prévia com a representação sindical dos trabalhadores e trabalhadoras que, em nome de “corrigir distorções e fraudes”, atacam e reduzem direitos referentes ao seguro-desemprego, abono salarial (PIS-Pasep), seguro-defeso, auxílio-reclusão, pensões, auxílio-doença e, ainda, estabelece a terceirização da perícia médica para o âmbito das empresas privadas.

As medidas incluídas nas duas MPs mencionadas prejudicam os trabalhadores ao dificultar o acesso ao seguro-desemprego com a exigência de 18 meses de trabalho nos 24 meses anteriores à dispensa, num país em que a rotatividade da mão de obra é intensa, bloqueando em particular o acesso de trabalhadores jovens a este benefício social. As novas exigências

para a pensão por morte penalizam igualmente os trabalhadores: enquanto não se mexe nas pensões de alguns “privilegiados”, restringem o valor do benefício em até 50% para trabalhadores de baixa renda.

As Centrais Sindicais condenam não só o método utilizado pelo Governo Federal, que antes havia se comprometido a dialogar previamente eventuais medidas que afetassem a classe trabalhadora, de anunciar de forma unilateral as MPs 664 e 665, bem como o conteúdo dessas medidas, que vão na contramão do compromisso com a manutenção dos direitos trabalhistas.

De forma unânime as Centrais Sindicais reivindicam a revogação/ retirada dessas MPs, de modo a que se abra uma verdadeira discussão sobre a correção de distorções e eventuais fraudes, discussão para a qual as Centrais sempre estiveram abertas, reafirmando sua defesa intransigente dos direitos trabalhistas, os quais não aceitamos que sejam reduzidos ou tenham seu acesso dificultado.

As medidas, além de atingirem os trabalhadores e trabalhadoras, vão na direção contrária da estruturação do sistema de seguridade social, com redução de direitos e sem combate efetivo às irregularidades que teriam sido a motivação do governo para adotá-las. Desta maneira, as Centrais Sindicais entendem que as alterações propostas pelas MPs terão efeito negativo na política de redução das desigualdades sociais, bandeira histórica da classe trabalhadora.

As Centrais Sindicais farão uma reunião com o Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República no dia 19 de janeiro, em São Paulo, na qual solicitarão formalmente a retirada das referidas medidas pelo Poder Executivo e apresentarão suas propostas.

As Centrais Sindicais também expressam sua total solidariedade à luta contra as demissões de trabalhadores e trabalhadoras da Volkswagen e Mercedes Benz ocorridas também na virada do ano e consideram que a sua reversão é uma questão de

honra para o conjunto do movimento sindical brasileiro. As Centrais Sindicais consideram inaceitável que as montadoras, empresas multinacionais que receberam enormes benefícios fiscais do governo e remeteram bilhões de lucros às suas matrizes no exterior, ao primeiro sinal de dificuldade, demitam em massa.

As Centrais Sindicais também exigem uma solução imediata para a situação dos trabalhadores e trabalhadoras das empreiteiras contratadas pela Petrobrás; defendem o combate à corrupção e que os desvios dos recursos da empresa sejam apurados e os criminosos julgados e punidos exemplarmente. No entanto, não podemos aceitar que o fato seja usado para enfraquecer a Petrobras, patrimônio do povo brasileiro, contestar sua exploração do petróleo baseada no regime de partilha, nem sua política industrial fundamentada no conteúdo nacional, e, muito menos, para inviabilizar a exploração do Pré-Sal. As Centrais também não aceitamos que os trabalhadores da cadeia produtiva da empresa sejam prejudicados em seus direitos ou percam seus empregos em função desse processo.

Por fim, as Centrais Sindicais convocam toda sua militância para mobilizarem suas bases e irem para ruas de todo país no próximo dia 28 de janeiro para o Dia Nacional de Lutas por emprego e direitos. Conclamam, da mesma forma, todas as suas entidades orgânicas e filiadas, de todas as categorias e ramos que compõem as seis centrais, a participarem ativamente da 9ª Marcha da Classe Trabalhadora, prevista para 26 de Fevereiro, em São Paulo, para darmos visibilidade às nossas principais reivindicações e propostas.

São Paulo, de Janeiro de 2014.
CUT - Central Única dos Trabalhadores Força Sindical
UGT - União Geral dos Trabalhadores
CTB - Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
Nova Central Sindical de Trabalhadores
CSB - Central dos Sindicatos Brasileiros

Fonte: CUT Nacional

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Jornalista: Pricilla Beine
Projeto gráfico: Anibal Bispo
Diagramação: Joanna Alves



site: www.cntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11
CEP: 73300-000 Brasília-DF